

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 66 ADCT

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento de ações e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 1995.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 66. São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.

1 – Sugestões localizadas¹

Não foram localizadas sugestões.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas específicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação está disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8b

3 – Subcomissões temáticas

FASE A – Anteprojeto do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
---------------------------------------	--

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	A matéria não foi localizada nesta Fase.

4 – Comissões temáticas

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Não foram localizadas emendas.
FASE F – Substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Não foram localizadas emendas.
FASE H – Anteprojeto da comissão	A matéria não foi localizada nesta fase.

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Não foram localizadas emendas.
FASE L – Projeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Não foram localizadas emendas.
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE P – Segundo substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.

--	--

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.) Acordo geral para votação da emenda aditiva, com destaque, sobre concessões de serviços de telecomunicações. A emenda foi aprovada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 29/06/1988 , a partir da p. 11642.
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	Art. 73. (ADCT) São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei. Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para o art. 73 do ADCT, conforme quadro comparativo , volume 299/298, página 286.
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Total de emendas localizadas: 3. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.) Apresentação da emenda supressiva do Constituinte José Costa. A emenda foi retirada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 1/9/1988 , p. 14051.
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	Art. 66. (ADCT) São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 66. (ADCT) São mantidas as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor, nos termos da lei.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE²

FASE S

EMENDA:00801 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MANOEL RIBEIRO (PMDB/PA)

Texto:

Introduza-se no Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização as seguintes alterações:

I - Dê-se ao item X e à alínea "a" do item XI do art. 23 a seguinte redação:

"Art. 23. Compete à União:

X - manter o correio aéreo nacional, explorar diretamente o serviço postal e os serviços públicos de telecomunicações, inclusive transmissão de dados, e permitir a execução dos serviços privados de telecomunicações;

XI - explorar diretamente ou mediante concessão ou permissão:

a) os serviços de rádio e televisão;"

II - Acrescente-se ao art. 207 o seguinte item:

"Art. 207. Constituem monopólio da União:

VII - a exploração dos serviços postais e dos serviços públicos de telecomunicações, inclusive transmissão de dados.""

III - Dê-se ao § 2o. e ao § 4o. do art. 256 a seguinte redação:

"Art. 256. É assegurada aos meios de comunicação ampla liberdade, nos termos da lei.

§ 2o. Os meios de comunicação de massa não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio, público ou privado.

§ 4o. É assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado, através de rede pública.""

IV - Acrescente-se ao ato das disposições Constitucionais Gerais e Transitórias o seguinte artigo:

"Art. As concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor ficam

² As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

mantidas nos termos fixados, pelos prazos nelas estabelecidas."

Justificativa:

A nova redação que se propõe para o item X e alínea a do item XI do art. 23 exclui os serviços públicos de telecomunicações (inclusive transmissão de dados) dos serviços que podem ser atribuídos ao setor privado mediante concessão ou permissão.

A redação dada pelo Substitutivo da Comissão de Sistematização à alínea a do item XI exclui da competência da União os serviços de telecomunicações interestaduais e municipais. Isto acaba com o Sistema Telebrás atualmente composto pelas Empresas Operadoras Estaduais mais a Embratel (que opera com os sistemas nacionais e internacionais).

O destaque dado à transmissão de dados na redação do Substitutivo permite uma legislação específica, facilitando a terceiros explorá-los através de concessão, como acontece com os serviços de radiodifusão. O interesse se justifica por se tratar dos serviços de maior futuro e rentabilidade. Tecnicamente, entretanto, essa distinção é supérflua, pois o Brasil é signatário de acordos internacionais que definem a comunicação de dados como um dos serviços de telecomunicações. Na Constituição em vigor, a redação do dispositivo correspondente se limita a indicar "os serviços de telecomunicações".

A inclusão do item VII ao art. 207 é de fundamental importância porque é neste Capítulo (art. 202) que são definidas as condições para que o Estado possa intervir no domínio econômico ou estabelecer o monopólio. Além disso, compatibilizará a redação de art. 207 ao art. 23.

A inclusão no § 2º do art. 256 da expressão "de massa" objetiva dirimir toda dúvida possível quanto ao objeto focalizado pelo legislador.

Sem essa expressão poder-se-ia interpretar que também as telecomunicações não podem ser objeto de monopólio.

A nova redação proposta para o § 4º do art. 256, da mesma forma, objetiva evitar que entidades de direito privado se sintam com direito a prestar serviços de telecomunicações.

O direito universal de utilizar os serviços das redes públicas (veicular informações) não pode ser confundido com o direito de prestar os serviços de transmissão de informações através delas (explorar telecomunicações).

Apesar disso, é importante garantir o acesso universal às redes públicas bem como prestação de serviços de informações através delas.

O artigo acrescentado às Disposições Gerais e Transitórias objetiva preservar as concessões atualmente existentes e evitar a sua estatização compulsória

Tais casos são localizados e não influenciam significativamente o sistema nacional.

Parecer:

Pretende o ilustre Constituinte modificar a redação dos incisos X e XI e da alínea "a" do Art. 23 do Projeto de Constituição, que trata da exploração pela União, dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados.

O parecer é pela rejeição, face aprovação da emenda no. 2P01077-6 que oferece tratamento adequado à disciplina da matéria.

FASE U

EMENDA:00893 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO BULHÕES (PMDB/AL)

Texto:

Substitua-se, no art. 73 das Disposições Gerais e Transitórias, a expressão

"telecomunicações" por "radiodifusão sonora e de som e imagem".

Justificativa:

A expressão "telecomunicações" como está no texto, não é suficientemente clara para expressar assunto de tão magna importância como manutenção de concessões de serviços públicos de "radiodifusão sonora e de som e imagem" atualmente em vigor. Por isto, estamos determinando que a expressão "telecomunicações" seja substituída pela outra sugerida, para que o assunto fique bem mais claro de se entender e porventura concessionários não sejam beneficiados com a manutenção da concessão indevidamente

Parecer:

A palavra "telecomunicações" é bem mais abrangente que a expressão sugerida para substituí-la no art. 73 das Disposições Transitórias, pela emenda. Pela rejeição.

EMENDA:01205 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ COSTA (PSDB/AL)

Texto:

Diante da impossibilidade de alterar a redação de forma a corrigi-la, propõe-se à Assembléia Nacional Constituinte a supressão da disposição transitória.

Justificativa:

Nas Disposições Permanentes da Constituição decidiu-se que compete à união explorar os serviços públicos de telecomunicações, quer diretamente, através de departamentos e serviços, que indiretamente, através de empresas sob controle acionário estatal (art. 22, inciso XI).

Com isso, ficaram afastadas da exploração dos serviços públicos de telecomunicações as empresas particulares que por força dos contratos de concessão ainda em vigor exploram tais serviços. Estas "empresas", em verdade, correspondem, presentemente, a um único grupo empresarial, que opera em Uberlândia e outras cidades do interior de Minas Gerais, em percentual inferior a 0.5% dos telefones instalados no País.

Nas Disposições Transitórias foi incluído um artigo visando exatamente beneficiar este único grupo empresarial. Nele, se diz que "as concessões de serviços públicos de telecomunicações atualmente em vigor ficam mantidas nos termos fixados em lei".

Tal dispositivo, por força de sua redação ambígua, pode vir a frustrar o mandamento das disposições permanentes, uma vez que a lei vigente nada estabelece com respeito ao decidido pelos constituintes. Assim, os serviços seriam "mantidos" indefinidamente, através dos anos, até que uma nova lei, a ser editada, viesse a regular o assunto.

Ora, a vontade dos senhores constituintes não foi privilegiar um único grupo empresarial, enquistado na exploração de um serviço que já não lhe compete desde 1972, e que agora a Constituição vem de definir como essencialmente governamental.

A redação correta, justa, seria a que assegurasse a prestação do serviço até o final, do prazo previsto no ato de concessão (ano de 1991) ou por um período certo e determinado, contido a partir da promulgação da Constituição - como se fez no caso das concessões de lavras de recursos minerais. Aliás, a emenda, em sua redação primitiva, estabelecia que as concessões ficavam mantidas "nos termos fixados nos respectivos contratos".

Parecer:

A emenda não pode ser acolhida, porquanto o dispositivo que intenta erradicar resultou de acordo. Pela rejeição.

EMENDA:01299 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OLÍVIO DUTRA (PT/RS)

Texto:

Suprima-se o artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

O objetivo da supressão é permitir que o Conselho Nacional de Comunicação faça uma revisão de todas as concessões de serviços públicos de Telecomunicações atualmente em vigor.

Parecer:

A emenda não pode ser acolhida, por quanto o dispositivo que intenta erradicar resultou de acordo. Pela rejeição.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 66 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.